



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ – CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUN. DE GESTÃO, GOVERNANÇA, PARCERIAS E INOVAÇÃO

## **PROJETO BÁSICO**

A presente licitação, sob o regime de empreitada global, tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para executar serviços de pavimentação com blocos intertravados de concreto, drenagem com caixas boca de lobo e sinalização viária na Rua João Batista Betat, no Município de Cachoeira do Sul – RS, de acordo com as condições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico e no Memorial Descritivo.

### **1 – OBJETO**

1.1 Contratação de empresa de engenharia para executar serviços de pavimentação com blocos intertravados de concreto, drenagem com caixas boca de lobo e sinalização viária na Rua João Batista Betat, no Município de Cachoeira do Sul – RS

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos se encontram em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Projeto Básico.

### **3 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A referida obra possui orçamento estimado de R\$ 567.668,79, conforme planilha orçamentária anexa. A planilha orçamentária de referência foi elaborada a partir do levantamento de quantitativos do Projeto Básico e do Memorial Descritivo, utilizando unidades e preços obtidos nos sistemas SINAPI/Caixa Econômica Federal e SICRO/DNIT.

### **4 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Gestão, Governança, Parcerias e Inovação

03.01 – Secr. Munic. de Gestão, Governança, Parcerias e Inovação Unid. Sub.

1059 – Projeto de Urbanização e Qualificação Viária.

4.4.90.51 – Obras em Andamento

2749 – Outras Vinculações e Transferências



## 5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 É obrigatória a apresentação, pela licitante, de planilha orçamentária proposta, contendo: indicação do BDI, cronograma físico-financeiro e composição detalhada dos itens, com a indicação dos percentuais utilizados na formação do preço.

5.2 A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência, em forma eletrônica, pelo critério de menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º e 34 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 O regime de execução da obra será o de empreitada por preço global.

5.4 Os serviços possuem natureza de serviços comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.5 Para a prestação dos serviços, os interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e apresentar, para fins de qualificação técnica, os seguintes documentos, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 14.133/2021:

5.5.1 Certificado de Registro da empresa (Pessoa Jurídica): comprovação de registro no CAU ou CREA.

5.5.2 Certificado de Registro dos profissionais (Pessoa Física): comprovação de registro no CAU ou CREA de todos os profissionais que participarão da condução dos serviços, devendo constar, no mínimo, um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

5.5.3 Capacidade operacional (Pessoa Jurídica): atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando a execução de obra ou serviço de pavimentação com blocos intertravados de concreto em órgão público, com volume mínimo de 50% (cinquenta por cento) do previsto nos anexos do edital.

5.5.4 Capacidade profissional (Pessoa Física) e da empresa licitante (Pessoa Jurídica): Certidão de Acervo Técnico – CAT do responsável técnico da licitante (devidamente registrada no CREA/CAU), comprovando a execução de obra ou serviço de pavimentação com blocos intertravados de concreto em órgão público, com volume mínimo de 50% (cinquenta por cento) do previsto nos anexos do edital.





## **6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1 Para o recebimento das obras e serviços será emitido TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, após 90 dias do último atesto de serviço, documento a ser emitido pelo fiscal técnico do Contrato, ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

6.2 O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a empresa vencedora das combinações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **7 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

7.1 A fiscalização anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

7.2 Equipe de fiscalização:

a - Gestor do Contrato: Francine Farias Souza, Diretora da SMGGPI, Matrícula 153419/1.

b - Fiscal Técnico do Contrato: Daniele dos Santos Martins, Engenheira Civil, matrícula 148822/1.

## **8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Assumir toda a responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano ocorrido em decorrência da má realização destes serviços, causados tanto ao CONTRATANTE como a terceiros.

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

8.3 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, greves, faltas ao serviço e demissões, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

8.4 Manter um diário de obras devidamente atualizado, com todas as informações da obra/serviços, inclusive as informações de interrupção/paralisação e situação climáticas

8.5 Executar os serviços de acordo com o estabelecido no contrato e seus anexos;

8.6 Respeitar os prazos previstos neste projeto básico;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL  
PRINCESA DO JACUÍ – CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUN. DE GESTÃO, GOVERNANÇA, PARCERIAS E

- 8.7 Disponibilizar as ferramentas e os materiais necessários à realização dos serviços;
- 8.8 Executar, de maneira substancial, os serviços apresentados no Projeto e Memorial Descritivo, de forma que a obra seja concluída de acordo com as especificações;
- 8.9 Manter profissional técnico devidamente habilitado no CREA/CAU, aceito pela CONTRATANTE, para responder sobre os aspectos inerentes ao objeto e assinar, em nome da empresa CONTRATADA, instruções técnicas e planilhas de medição;
- 8.10 Manter as áreas circundantes à obra totalmente limpas e seguras e observar todas as condições de segurança, higiene, medicina e meio ambiente do trabalho;
- 8.14 Retificar todo e qualquer trabalho que não obedeça aos elementos especificados no projeto e demais disposições contratuais, bem como reparos e correções, com desembolso pela CONTRATADA;
- 8.12 Manter técnico devidamente habilitado e capacitado, exclusivamente no local, horário e nos dias de prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento, bem como sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados à execução do objeto;
- 8.13 Respeitar e cumprir todas as recomendações estabelecidas nas Licenças Ambientais emitidas pelos órgãos competentes;
- 8.14 Dada a ordem de serviço pela CONTRATANTE, é obrigatório, por parte da CONTRATADA, a abertura do “Diário de obras”, devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras que seja de fácil acesso para a fiscalização, com todas as informações da obra/serviços, inclusive as informações de interrupção/paralisação e situação climáticas;
- 8.15 A Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 8.16 As obras ou serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul;
- 8.17 Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à





Contratante e a terceiros, durante a execução das obras e serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte;

8.18 Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT antes do início de qualquer serviço.

## **9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

9.2 Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

9.3 Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato;

9.4 Designar gestor de Contrato e Fiscal Técnico de Contrato, para acompanhamento do contrato;

9.5 Disponibilizar à CONTRATADA todos os dados, projetos, especificações técnicas, licenças e instruções complementares, indispensáveis para a execução do objeto;

9.6 Fiscalizar a execução dos serviços, por representante habilitado da CONTRATANTE, a fim de determinar a regularização de serviços previamente executados em desacordo com o Projeto e Memorial Descritivo aprovado, bem como submeter a autoridade competente, ações que ultrapassem a sua competência;

9.7 Emitir Ordens de Serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos a data de início;

9.8 Analisar, através da Equipe de Fiscalização designada, os Boletins de Medição Mensais emitidos pela CONTRATADA, baseados nas avaliações dos serviços executados, demonstrando quantidades de serviços executados no período, para posterior desembolso por parte da CONTRATANTE, contendo assinatura do responsável técnico da CONTRATADA e fiscal da obra designado pela CONTRATANTE;

9.9 Fiscalizar o andamento da obra enfatizando os prazos de execução e marcos contratuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser readequado, conforme a necessidade do Município, no decorrer do contrato.

9.10 Fazer um mapeamento da colocação do CBUQ, coerente com as extrações de amostras a serem encaminhadas ao laboratório.





## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será realizado conforme estabelecido no Edital.

10.2 As medições deverão ser devidamente protocoladas no protocolo geral da prefeitura, para posterior encaminhamento do processo de pagamento a SMGGPI.

10.3 Para aprovação e liberação da última medição, a Contratada deve cumprir todo o objeto do contrato, de modo que, não haja nenhuma pendência quanto à execução dos serviços e quanto à qualidade, também não deve haver pendências com relação aos documentos necessários para liberação da medição e comprovação da conclusão dos serviços.

## **11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

11.1 Conforme disposto no item 5, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA de forma eletrônica.

## **12 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 As especificações dos procedimentos a serem adotados em todas as etapas do trabalho estão contidas no Projeto e no Memorial Descritivo. Todas as dúvidas relacionadas à obra deverão ser apresentadas por escrito à Fiscalização.

12.2 Não será permitido alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, do edital dos projetos, das especificações técnicas, dos memoriais.

12.3 A empresa vencedora ficará responsável por todos os serviços contratados, bem como obrigações civis, trabalhistas, previdenciárias, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e correspondentes a todos os trabalhadores que estiverem efetivamente executando serviços na obra, independente de subcontratação ou execução direta, incluindo qualquer tipo de encargos sociais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer ônus.

12.4 Caso a CONTRATADA tenha outra obra em andamento no município, fica vedado realizar o remanejamento de mão de obra e equipamentos entre os empreendimentos. Justifica-se essa vedação em razão da Administração Pública ter várias obras de infraestrutura em andamento no momento no município. Se a contratada tiver uma dessas





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL PRINCESA  
DO JACUÍ – CAPITAL NACIONAL DO ARROZ  
SECRETARIA MUN. DE GESTÃO, GOVERNANÇA, PARCERIAS E INOVAÇÃO

obras em andamento, não poderá remanejar esses itens, visto que na medição de pagamento é contabilizado o tempo trabalhado em cada obra. Se houvesse esse remanejamento, ocorreria uma duplicação indevida de pagamento pelos mesmos funcionários e/ou equipamentos em diferentes obras, ou seja, haveria pagamento em dobro. Além disso, é necessário que isso seja evitado para que as empresas não aleguem que um equipamento e/ou funcionário estava alocado em uma obra quando deveria estar em outra, causando atrasos e demora na execução dessas

### 13 – ANEXOS

Anexo I – Memorial Descritivo;  
Anexo II – Orçamentos;  
Anexo III – Cronogramas Físico-Financeiro; Anexo IV – Projetos de Engenharia;  
Anexo V – ART de projetos e orçamento;  
Anexo VI – Distâncias Médias de Transporte – DMT; Anexo VII – Mapa de Risco  
Anexo VIII – Encargos Sociais e Parcela de Maior Relevância Anexo IX – BDI 1  
Anexo X - BDI 2  
Anexo XI - Encargos Sociais

Cachoeira do Sul, 10 de março de 2026.

Paola Liziane Silva Braga

Sra. Secretária Municipal de Gestão, Governança, Parcerias e Inovação.

Marcelo Alves  
Eng. De Transportes e Logística – CREA 272296.

